

CORREIO ECONÔMICO

José Cruz - Agência Brasil



Parcela majoritária do salário extra vai para o consumo

CNC: 13º deverá injetar R\$ 125,6 bilhões na economia

Com o pagamento da segunda parcela do 13º salário, a economia brasileira deverá receber uma injeção de R\$ 125,6 bilhões este ano. A previsão é da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ao comentar que o montante de 2024 é 4,8% superior ao do ano passado. Parcela majoritária do montante deste ano (35%), o equivalente a R\$ 44,1 bilhões, deverá ser

utilizada no consumo de bens.

Por setores, os mais demandados serão: vestuário e calçados (80%), livrarias e papelerias (50%) e lojas de utilidades domésticas (33%). Cifra similar (R\$ 42,5 bilhões) ou 34% do total, servirá para quitar ou abater dívidas. O restante será gasto com o consumo de serviços (R\$ 24 bilhões) e com a poupança (R\$ 15 bilhões).

Múltis

Para garantir uma tributação mínima efetiva de 15%, no acordo global para evitar a erosão tributária (regras Globe), a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que cria adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a empresas de multinacionais no país.

Receita

Pelo critério aprovado na Câmara, o adicional incidirá sobre o lucro de empresas no Brasil de grupos multinacionais, cuja receita anual consolidada supere 750 milhões de euros (R\$ 4,78 bilhões) em pelo menos dois dos quatro anos fiscais consecutivos anteriores à apuração.

Agência de notícias da indústria



Exportações em 2025 serão 5,7% maiores que em 2024

Exportações devem crescer 5,7% em 2025, estima AEB

Devido ao avanço de 5,7%, em relação ao esperado para este ano (US\$ 339,385 bilhões), as exportações do país em 2025 devem atingir US\$ 358,828 bilhões, aumento de US\$ 19,443 bilhões no comparativo anual, estima a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Já as importações em

2025, devem somar US\$ 265,780 bilhões, acima de US\$ 264,171 bilhões de 2024, com superávit comercial de US\$ 93,048 bilhões em 2025, alta de 23,7% ante os US\$ 75,214 bilhões deste ano. "As projeções para o comércio exterior em 2025 sinalizam sustentabilidade aparente, com leve aumento de preços e de volumes".

China

Estudo da AEB aponta que as exportações brasileiras têm seu principal destino nos mercados vizinhos da América do Sul, "embora observemos uma agressiva política comercial da China na região, retirando a liderança brasileira nas exportações aos seus vizinhos."

Líder

O estudo da AEB avalia que "salvo problemas de queda de safra", a soja deve recuperar o posto de principal produto exportado do Brasil em 2025, com uma projeção de US\$ 49,5 bilhões em vendas ao exterior, com o petróleo ficando em segundo lugar, com US\$ 44,1 bilhões.

Dividendos

Em comunicado ao mercado, nessa terça-feira (17), a Cemig (CMIG4) pagará R\$ 560 milhões em juros sobre o capital próprio; valor por ação de R\$ 0,19580751126, pago em duas parcelas iguais, sendo: a primeira até 30 de junho de 2025; segunda até 30 de dezembro 2025;

Surpresa

Citada como uma surpresa positiva no pagamento de dividendos em 2024, a Cemig distribuiu R\$ 1,92 por ação até novembro, alta de 113% no comparativo anual, o que a consolida como boa pagadora de dividendos, acentua Vicente Guimarães, da VG Research.

Ata do Copom justifica elevação inédita da Selic

'Conversão de inflação à meta' explicaria 'salto' da taxa a 12,25% ao ano

Por Marcello Sigwalt

"A percepção dos agentes econômicos sobre o recente anúncio fiscal afetou, de forma relevante, os preços de ativos e as expectativas dos agentes, especialmente o prêmio de risco, as expectativas de inflação e a taxa de câmbio. De fato, as expectativas de inflação, medidas por diferentes instrumentos e obtidas de diferentes grupos de agentes, elevaram-se em todos os prazos, indicando desancoragem adicional".

Sob essa constatação, ao decidir elevar em 1 ponto percentual (de 11,25% ao ano para 12,25%) – com dois novos ajustes, de igual magnitude, nas próximas reuniões – o Copom-BC (Comitê de Política Monetária do Banco Central) justificou a medida, argumentando que "a magnitude da deterioração de curto e médio prazo do cenário de inflação exigia uma postura mais tempestiva para manter o firme compromisso de convergência da inflação à meta".



Reprodução site ADVFN

Comitê admitiu que há um 'quadro complexo', ao comentar a questão cambial

Ao mesmo tempo, o Comitê observou "esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da po-

lítica monetária e sobre o custo de desinflação".

O Copom observa um "cenário de atividade resiliente com dinamismo maior do que esperado, como evidenciado na divulgação do PIB do terceiro trimestre, levando a nova reavaliação de um hiato mais positivo. O mercado de trabalho

também segue aquecido, com aumento da população ocupada, queda da taxa de desemprego e aumento da formalização de postos", e que há "conjunção de um mercado de trabalho robusto, política fiscal expansionista e vigor nas concessões de crédito indica suporte ao consumo e à demanda agregada".

Após pico, dólar recua para R\$ 6,0961

Após superar o nível de R\$ 6,20 pela primeira vez na história no início da tarde, o dólar à vista perdeu força nas últimas horas de pregão e chegou até a operar pontualmente em baixa, com mínima a R\$ 6,0581. No fim da sessão, a divisa avançava 0,04%, a R\$ 6,0961 – renovando pico histórico nominal de fechamento pelo segundo dia consecutivo.

O arrefecimento do dólar ao longo da segunda etapa de

negócios ocorreu após intervenção do Banco Central com venda de dólares à vista e falas de lideranças no Congresso acenando com votação das medidas de contenção de gastos do governo Lula nesta semana.

Analistas atribuíram a arrancada do dólar mais cedo a uma combinação de fatores técnicos com as crescentes incertezas fiscais, que levam ao aumento de prêmios de risco. Além de dúvidas em torno do tempo

hábil para apreciar os projetos antes do recesso parlamentar, há receio de que as medidas, já consideradas insuficientes, sejam desidratadas durante a tramitação no Congresso.

Do lado técnico, operadores apontam uma demanda por dólares típica de fim de ano para remessas de lucros e dividendos ao exterior. Há relatos de que empresas e fundos teriam adiado compra de dólares à espera de que a taxa de câm-

bio recuasse. Como não houve a apreciação do real esperada, correram para fechar operações nesta semana, a última com liquidez razoável ainda em 2024.

"Há muita demanda de moeda nesta última semana útil do mês e o cenário externo segue adverso, com dólar forte, diferentemente do que vimos em dezembro do ano passado", afirma a economista-chefe e CEO da Buysidebrazil, Andrea Damico.

Votação do Fiscal põe bolsa no 'azul'

Reprodução site Guru

Em dia de questionamento sobre a efetividade das intervenções do BC no câmbio, e de críticas do PT à ata do Copom – qualificada por Gleisi Hoffmann como "carta de sequestro da política econômica do governo" –, o Ibovespa, muito descontento, sobrevivia desde cedo ao dólar recorde a R\$ 6,20 e ao prosseguimento da pressão na curva de juros.

Ambos os movimentos – no câmbio como na curva de juros – chegaram a ser revertidos por boas notícias trazidas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que prometeu, no meio da tarde, votar ainda hoje projetos relacionados à regulamentação da tributária e ao pacote fiscal – e que, amanhã, será a vez de votar outros dois projetos (PEC e PL) dos cortes de gastos.

Assim, o índice da B3 testou a linha dos 125 mil pontos na máxima da sessão, aos



Fiscal e intervenção cambial recobram viés positivo da bolsa

125.301,37, em alta então de 1,41%, e fechou um pouco mais acomodado, ainda mostrando ganho de 0,92%, aos 124.698,04 pontos, tendo saído de mínima na abertura a 123.560,06. O giro financeiro foi a R\$ 30,3 bilhões nesta terça-feira. Na semana, o Ibo-

vespa ensaia ganho de 0,07%, cedendo 0,77% no mês e 7,07% no ano. O dólar, que tocou mínima a R\$ 6,0581 com as declarações de Lira, não sustentou o movimento e fechou em +0,04%, a R\$ 6,0961.

"O BC voltou a intervir hoje, com leilão de dólar, e a

Câmara pautou votações da tributária e do pacote ainda para esta terça-feira. Veio um pouco de melhora nos ativos domésticos, com o dólar também se afastando das máximas e alguma realização na ponta longa da curva de juros. Houve um suspiro ao longo da tarde, com a equipe econômica indo ao campo de batalha Congresso para tentar segurar a desidratadação do pacote fiscal. Aparentemente, a Câmara atendeu o pedido e está tentando dar mais celeridade", diz Rodrigo Marcatti, CEO da Veedha Investimentos, acrescentando que o "BC tem usado as armas que pode para tentar, minimamente, diminuir a volatilidade".

"O Banco Central ofertou novos lotes para tentar acalmar o mercado de câmbio, que tem renovado máximas históricas para o dólar frente ao real", diz Daniel Teles, especialista da Valor Investimentos..

Futuros fecham sem direção definida

Os juros futuros de curto prazo fecharam a sessão em alta e as longas caíram. O mercado experimentou alívio no meio da tarde, após ritmo de alta frenético visto pela manhã em boa medida relacionado às atuações do Banco Central no câmbio.

A melhora começou com um movimento de correção de exageros e, depois, se consolidou com a promessa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que colocará em

votação hoje a reforma tributária e um dos projetos do pacote fiscal. Porém, perdeu um pouco do fôlego, com o mercado agora à espera do que efetivamente será aprovado.

As taxas curtas se sustentaram em alta durante todo o dia, mais pronunciada na primeira parte da sessão. A ata do Comitê de Política Monetária (Copom) reforçou o tom duro do comunicado da reunião da semana passada e a perspectiva

de choque de juros à frente.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 encerrou em 15,11%, de 15,00%, e a do DI para janeiro de 2027 passou de 15,40% para 15,41%.

O DI para janeiro de 2029, que ontem havia encerrado na máxima histórica, hoje fechou a 15,05% (de 15,11%).

A leitura da ata do Copom confirmou a percepção de que o compromisso do BC de levar a

inflação próxima à meta e reancorar as expectativas vai exigir uma "paulada" na Selic, que deve ir além dos 14,25% antecipados nos documentos.

Diante do hiato do produto apertado, do mercado de trabalho aquecido e da desordem fiscal, a aposta em alta de 1,5 ponto porcentual no Copom de janeiro ganhou força, com probabilidade de 70% precificada na curva. Para março, a curva projetava Selic de 16,35%.